

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

**LEILANE LUIZ DE SOUZA**

**UMA ANÁLISE ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE  
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB PARA A  
AUTONOMIA ECONÔMICA DAS USUÁRIAS DO GRUPO DE GESTANTES**

CAMPINA GRANDE  
2012

**LEILANE LUIZ DE SOUZA**

**UMA ANÁLISE ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE  
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB PARA A  
AUTONOMIA ECONÔMICA DAS USUÁRIAS DO GRUPO DE GESTANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
na Universidade Estadual da Paraíba  
(UEPB) como requisito necessário para  
obtenção do título de bacharela em  
Serviço Social.

**Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz**

CAMPINA GRANDE  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

S719u Souza, Leilane Luiz de.

Uma análise a cerca da contribuição do Centro de Referência de Assistência Social de Lagoa Seca/PB para a autonomia econômica dos usuários do grupo de gestantes./ Leilane Luiz de Souza. – 2012.

29 f.;

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Contribuição. 2. CRAS. 3. Autonomia econômica. I. Título.  
21. ed. CDD 361.3

**UMA ANÁLISE ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE  
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB PARA A  
AUTONOMIA ECONÔMICA DAS USUÁRIAS DO GRUPO DE GESTANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
na Universidade Estadual da Paraíba  
(UEPB) como requisito necessário para  
obtenção do título de bacharela em  
Serviço Social.

Aprovada em: 21 / 11 / 2012

Nota: 10,0

**BANCA EXAMINADORA**

Adriana Freire Pereira Ferriz  
Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Ferriz - DSS/CCSA  
Orientadora

Thaísa Simplício Carneiro  
Profa. MS. Thaísa Simplício Carneiro - DSS/CCSA  
Examinadora

Maria José Roseane da S. Rocha  
Maria José Roseane da S. Rocha - Assistente Social  
Examinadora

Campina Grande, 21 de novembro de 2012.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer não é apenas o ato de mostrar e demonstrar gratidão é também reconhecer que existem pessoas que fazem a diferença em nossas vidas que ocupam um lugar especial por serem incomparavelmente maravilhosas.

Sendo aquelas que sempre estão ao nosso lado, que estão nos momentos mais importantes ou nos que mais precisamos. E mesmo que passem em nossas vidas e não fiquem, marcam e deixam um pouco delas em nós acrescentando tanto profissionalmente como pessoalmente.

São aquelas que queremos de alguma forma retribuir tudo de bom que elas nós fazem.

Portanto agradeço a Deus pela minha existência e por poder compartilhá-la com pessoas assim. E a elas quero dizer:

Obrigada Família, meu esposo por ser meu porto seguro, aconchego, fortaleza.

Obrigada amigos de Matinhas, Minas e de Serviço Social principalmente minha “panelinha forte” pela confiança, amizade, carinho e por enriquecerem minha vida.

Obrigada professores, supervisores de estágio (Roseane, Christiano) e demais funcionários do CRAS pela oportunidade, cumplicidade e dedicação para comigo e principalmente a minha orientadora Adriana pela paciência, competência, desabafos por ser mais que professora e sim um exemplo a ser seguido.

Valeu vale a pena passar todos esses anos na companhia de vocês por isso dedico essa conquista a todos e venho retribuir em simples palavras, pois sem vocês eu não conseguiria.

***OBRIGADA POR TUDO!!!!!!!***

## LISTA DE SIGLAS

|      |   |
|------|---|
| CNDM | Conselho Nacional dos Direitos da Mulher              |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social            |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística       |
| MDS  | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| NOB  | Norma Operacional Básica                              |
| RH   | Recursos Humanos                                      |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil          |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social               |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social                   |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido            |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>RESUMOS .....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>2 A HISTÓRIA DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO<br/>BRASIL: HISTÓRICO E CONCEITOS.....</b>   | <b>9</b>  |
| 2.1 DISCUTINDO OS CONCEITOS .....   | 9         |
| 2.2 A TRAJETÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....   | 10        |
| <b>3 A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS USUÁRIAS DO GRUPO<br/>DE GESTANTES DO CRAS DE LAGOA SECA/PB.....</b> | <b>17</b> |
| 3.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS USUÁRIAS.....   | 19        |
| 3.2 PARTICIPAÇÃO E CAPACITAÇÃO.....   | 20        |
| 3.3 AUTONOMIA ECONÔMICA.....  | 20        |
| 3.4 DIFICULDADES.....   | 21        |
| 3.5 COMPREENSÃO DAS USUÁRIAS ACERCA DO PROCESSO<br>DE CAPACITAÇÃO .....                             | 22        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>23</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>25</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>  | <b>27</b> |

# UMA ANÁLISE ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA SECA/PB PARA A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS USUÁRIAS DO GRUPO DE GESTANTES

Leilane Luiz de Souza

**Resumo:** A mulher de hoje vem se destacando à medida que vai ganhando espaço e conquistando direitos antes considerados inalcançáveis. Apesar de ser reconhecida como cidadã ainda luta por liberdade, igualdade e autonomia contra um sistema que tenta maquiagem e manipular suas vitórias em todos os setores da vida social principalmente o profissional. Dentro deste contexto, o artigo em pauta tem como objetivo geral analisar a contribuição do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Lagoa Seca/PB acerca da autonomia econômica de suas usuárias do Grupo de Gestantes. Tem como objetivos específicos: Evidenciar o perfil sócio-econômico das usuárias do Grupo de Gestantes do CRAS na faixa etária de vinte a quarenta anos que participam ou participaram frequentemente de suas oficinas e atividades através de formulários; Identificar as atividades voltadas para a autonomia econômica das usuárias do grupo de gestantes do Centro de Referência da Assistência Social de Lagoa Seca/PB; Constatar as dificuldades das usuárias do grupo de gestantes do Centro de Referência da Assistência Social de Lagoa Seca/PB na execução dessas atividades voltadas para autonomia econômica. Conclui-se que o CRAS apresenta atividades para a capacitação de suas usuárias e contribui para a autonomia econômica das mesmas. No entanto, falta ao CRAS implementar nessas capacitações doações de materiais após os cursos sendo um incentivo para a prática profissional, oferecer atividades de nível mais elevado e diversificada que possibilite sua autonomia pessoal e econômica.

**Palavras-chave:** Contribuição, CRAS, Autonomia econômica.

**Abstract:** Today's woman has stood out as going gaining ground and winning rights previously considered unreachable. Despite being recognized as citizens still struggle for freedom, equality and autonomy against a system that tries to manipulate and make up their victories in all sectors of social life mainly professional. Within this context, the article in question aims at analyzing the contribution of the Reference Center for Social Assistance (CRAS) of Lagoa Seca / PB about the economic autonomy of its users Group of Pregnant Women. Having specific objectives: Highlighting the socio-economic profile of the users of the CRAS group of Pregnant Women in the age group of twenty to forty years that participate often in their workshops and activities through forms; Identify the activities for the economic empowerment of the users group of pregnant Reference Center for Social Assistance of Lagoa Seca / PB; Realize the difficulties of users in the group of pregnant Reference Center for Social Assistance Pond drought / PB in performing these activities for economic autonomy. We conclude that the CRAS presents activities to train their users thereby contributing to economic autonomy from them. However the lack CRAS implement these capabilities donations of materials after the

courses being an incentive for professional practice, providing higher-level activities and enabling diverse personal autonomy but economic.

**Keywords:**Contribution,CRAS, Economic autonomy.

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto traz uma análise acerca da contribuição do Centro de Referência da Assistência Social de Lagoa Seca/PB para autonomia econômica de suas usuárias do Grupo de Gestantes.

A motivação para o estudo surgiu a partir da inserção no campo de estágio supervisionado no CRAS de Lagoa Seca/PB que se deu no mês de fevereiro de 2011 a junho de 2012 onde tivemos oportunidade de analisar e conhecer as ações do CRAS em que nos chamou atenção o Grupo de Gestantes por elas apresentarem fragilidade e dependência econômica e afetiva em relação aos seus cônjuges.

O interesse pela temática sobre a autonomia das mulheres participantes de grupo de gestantes do CRAS de Lagoa Seca/PB surgiu a partir da percepção da crescente visibilidade que as mulheres vêm conquistando na sociedade atual através da abertura de espaços e direitos “destinados” apenas aos homens.

O tema foi escolhido com o intuito de descobrir a contribuição do CRAS para a autonomia econômica das mulheres/usuárias do Grupo de Gestantes de Lagoa Seca/PB destacando-se como objetivo central, permitindo a inclusão das mesmas no mercado de trabalho e evitar situações de exclusão e vulnerabilidade.

Os objetivos específicos foram: Evidenciar o perfil sócio-econômico das usuárias do Grupo de Gestantes do CRAS de Lagoa Seca/PB; Identificar as atividades voltadas para a autonomia econômica das usuárias do grupo de gestantes do CRAS de Lagoa Seca/PB; Constatar as dificuldades das usuárias do grupo de gestantes do CRAS de Lagoa Seca/PB na execução dessas atividades voltadas para autonomia econômica.

Os sujeitos desta pesquisa foram as usuárias do Grupo de gestantes do CRAS de Lagoa Seca/PB correspondente a faixa etária de 20 a 40 anos que

participam ou participaram frequentemente de suas oficinas e atividades. Foram aplicados 8 questionários.

Após a coleta de dados passamos ao momento da leitura e categorização das informações contidas nos formulários aplicados. Nesse momento foi utilizada a técnica de análise de conteúdo “buscando melhor compreensão de uma comunicação ou discurso, aprofundar suas características gramaticais às ideologias e outras, além de extrair aspectos mais relevantes” (BARROS; LEHFELD, 1990, p.96).

Assim sendo, o estudo se mostra relevante tanto para o meio acadêmico quanto para as usuárias do CRAS que foram o foco de nossa análise, pois, por um lado, se edifica no intuito de acrescentar uma contribuição teórica à produção do conhecimento na área do Serviço Social, podendo, assim, suscitar outros projetos, trabalhos, intervenções e observações. Por outro lado, busca identificar desafios, limites e possibilidades postas para o assistente social no espaço sócio-ocupacional do CRAS, bem como para auto-avaliação da participação das usuárias do grupo de gestantes no que tange à autonomia econômica das mesmas.

## **2 A HISTÓRIA DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO BRASIL: HISTÓRICO E CONCEITOS**

Neste capítulo será abordada a história das mulheres brasileiras no decorrer dos anos expondo suas lutas, conquistas e desafios com o objetivo de construir uma autonomia legítima e reconhecida em todo o aspecto da vida social e, principalmente, o econômico. Primeiramente expondo conceitos importantes para melhor compreensão do debate.

### **2.1 DISCUTINDO OS CONCEITOS**

Para adentrar na discussão de gênero que segundo Scott (1992, apud TORRÃO, 2012) se conceitua como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” O termo, “não se

baseia unicamente na questão biológica e não significa homem e mulher tal como nascem, mas tal como [se] fazem, com diferentes poderes, diferentes comportamentos, diferentes sentimentos” (FOLLADOR, 2009, p.5).

Sendo que para de Saffioti (1992, apud COSTA et al, 2012, p. 2) o conceito de gênero

É tanto um construtor sociocultural quanto um aparelho semiótico, um sistema de representações que atribui significado [...]a indivíduos dentro da sociedade. Ora o dever das representações vai modelando homens e mulheres, produzindo, assim, diferenças de gêneros.

A categoria gênero leva em conta as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens essas acabam criando uma hierarquia e relações de desigualdade e subordinação principalmente se sobressaindo à supremacia masculina. Neste sentido, as linhas de questionamento buscam rever conceitos de feminilidade e masculinidade como o de trabalhadora e de trabalhador, o de esposa e de marido, o de mãe e pai. A fim de mobilizar as mulheres e envolver vários outros atores coletivos para a igualdade de gênero.

Outro conceito que é importante ser tratado para que se entenda a discussão proposta deste artigo é o de autonomia das mulheres o que significa

Poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, de exploração e de subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2008, p.27).

Ao se analisar os conceitos expostos pode se perceber a relevância dos mesmos ao incorporá-los a compreensão da história das mulheres brasileiras que será abordada no item seguinte, em que as mesmas buscam seu espaço social, reconhecendo a contribuição das mesmas para a história do país senão do mundo.

## 2.2 A TRAJETÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A história das mulheres no Brasil nos seus primórdios, época colonial, revela uma visão arcaica, revelada através da imagem da submissão da mulher e a relação direta ao fundamentalismo religioso e que a mesma “estava condenada a pagar pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado” (ARAÚJO, 2007, p.27). Nesse sentido, a mulher foi durante muito tempo associada à imagem de bruxa.

A Igreja Católica reafirmava essa imagem e servia como elemento de adestramento e coerção a sexualidade feminina, com intuito de educar, direcionar as mulheres ao matrimônio e “vigiar de perto gestos, atos, sentimentos e até sonhos” (ARAÚJO, 2007, p.51). Dessa forma, os únicos direitos permitidos à mulher sinhazinha (branca-filha ou esposa dos senhores de terras) eram o de ser mãe, esposa, irmã, filha e religiosa. Enquanto as índias, negras e mulatas serviam de amantes de sinhôs e sinhozinhos e escravas das casas grandes.

Na época colonial, a figura masculina era o centro da tomada de decisões a ele cabia a vida pública a esfera da produção em que através do trabalho mantendo a casa/família. E o mundo privado, vida doméstica os afazeres de casa, procriar, educar os filhos e servir o marido pertencia ao universo feminino. Este modelo dita as distribuições de responsabilidades de cada sexo encarcerando e moldando homens e mulheres em seus limites seguindo um padrão moral determinado.

Segundo Amussen (1985, apud TORRÃO, 2012) os homens devem aprender a serem dominadores e ativos e as mulheres a serem submissas; se as mulheres devem ser castas, os homens devem conhecer os limites nos quais eles podem atentar contra esta castidade.

O controle sobre o comportamento dos homens não é menor: qualquer um que apresente um comportamento efeminado, que se vista com roupas pouco masculinas, “ou é visto freqüentemente com amigos homens e nunca com mulheres” é uma “vítima em potencial” do código de condutas que regula a masculinidade aceita e reconhecida (ALBUQUERQUE, 2002 apud TORRÃO, 2012, p.142).

O adultério feminino era considerado um ataque à moral do homem em que a mulher estaria vulnerável a situação de risco, sendo em geral, punida com a morte. Em que o código penal, o complexo judiciário e a ação policial

eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares (SOIHET, 2007). Assim, de acordo com o código penal de 1890 só as mulheres eram penalizadas por adultério, onde no código vigente (de 1940) foi extinta essa pena.

Com a eclosão da Revolução Industrial no Brasil, no início do século XX, de modo tardio visto que na Inglaterra se deu no século XVIII, sendo o Brasil não mais monarquia e sim República (instituída em 15 de novembro de 1889) houve a efervescência do processo de urbanização no país. A mulher pobre que tinha de trabalhar fora de casa para manter-se, era associada à mulher pública, ou seja, prostituta, que na maioria das vezes sofriam constantes assédios sexuais. Segundo Fonseca (2007) as mulheres que trabalhavam nas atividades caseiras femininas, lavadeiras, cozinheiras sofriam menos assédios, mas eram acusadas de serem mães relapsas.

No final do século XIX e início século XX, observava-se nas fábricas um grande número de mulheres e crianças. As mulheres negras, por sua vez, após a abolição dos escravos ocorrida em 13 de maio de 1888 assinada A Lei Áurea pela Princesa Isabel concedendo a liberdade aos mesmos, continuavam sendo exploradas e trabalhavam em setores precarizados (GIULANI, 2007).

Uma conquista significativa para a massa feminista e para o processo de igualdade entre os sexos foi o direito ao voto conquistado pelas mulheres brasileiras.

Apesar do movimento pelo sufrágio feminino ter tido início na década de 1910, quando a professora Leolinda de Figueiredo Daltro fundou a “Junta Feminina Pró Hermes da Fonseca”<sup>1</sup>, apenas a partir de 1930 essas reivindicações tomaram corpo. Nesse contexto, Getúlio Vargas, no decreto de 24 de fevereiro de 1932, institui o Código Eleitoral Brasileiro, cujo artigo 2º disciplinava como eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo (NASCIMENTO, 2012, p.1).

---

Outra <sup>1</sup>figura de destaque na luta pelo voto feminino foi à educadora Leolinda de Figueiredo Daltro. Natural da Bahia exerceu o magistério em Goiás, onde trabalhou com alfabetização e catequese de índios. Ao se transferir para o Rio de Janeiro, fundou em 1910 a Junta Feminina Pró-Hermes da Fonseca, a fim de colaborar com a campanha eleitoral do candidato de quem era amiga da família, apesar de as mulheres não terem direito ao voto. Com a vitória de seu candidato, continuou sua campanha pela participação da mulher na vida política do país. (PEREIRA e DANIEL, 2012, p. 2).

Mesmo as mulheres não sendo obrigadas a votar deram um passo importante na conquista e reconhecimento de sua cidadania.

Este novo contexto social possibilitou a inserção das mulheres em novos espaços de atuação tanto na agricultura, afazeres domésticos quanto em comércios, escolas, ocupando cargos de presidência e direção. As operárias começaram a se organizar contra a exploração do trabalho feminino se referenciando em movimentos operários internacionais que pregavam a construção de uma sociedade justa, livre e igualitária.

A intenção de ruptura com o patriarcalismo e o posicionamento das mulheres começa a ganhar força na década de 1960 com o surgimento do movimento feminista no Brasil. A bandeira por mudança da situação inferior da mulher se levanta.

A mulher dos anos dourados (décadas de 1950-60) mesmo conquistando espaços públicos com sua participação no mercado de trabalho (comércios, escritórios e serviços buscando sua qualificação e assim ocupando cargos de nível mais elevados como: professora, vendedora, médica, enfermeira assistente social etc.) continuava sendo moldada e impulsionada a ser moça de família. Conforme Bassanezi (2007) eram as que se portavam corretamente tendo gestos contidos, respeitando os pais conservando sua inocência sexual e mantendo-se virgem até o casamento. Tendo “a maternidade e os afazeres domésticos como destino natural e inexorável” (BASSANEZI, 2007, p. 530).

Uma das mudanças sobre o casamento em relação à década de 1930/40 era que as mulheres dos anos dourados não se casavam mais sem afeto ou sem conhecer seu parceiro, só pela vontade do pai, assim aumentando o autocontrole sobre suas filhas.

Em 1970, o movimento feminista traz à tona a violência doméstica sofrida pela maioria das mulheres, dando visibilidade ao assunto, até então considerado privado, a ser resolvido na esfera do lar (COSTA et al, 2012).

Na década de 1980 houve a eclosão de vários movimentos de trabalhadoras urbanas e rurais que lutavam não só pelas melhores condições de

salários, trabalho, por terras, de vida, mas pela democracia devido à implantação da ditadura militar na década de 1960.

Em, 1985, o movimento feminista organizou uma frente, articulando grupos autônomos, organizações não governamentais de mulheres, parlamentares e com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), mobilizaram-se no processo de elaboração da nova Constituição de 1988. A nossa Constituição Cidadã dedicou um capítulo inteiro a família, respaldada no princípio de igualdade de gênero e no compromisso do Estado de criar mecanismos para o desestímulo e combate a violência doméstica. Assim sendo a Constituição de 1988 foi um marco na conquista dos direitos das mulheres. Este instrumento expressa fundamentalmente a igualdade de direitos e os deveres de mulheres e homens (artigo 5º, I) (COSTA et al, 2012, p.3).

Assim muitas mulheres de diferentes segmentos sociais e com críticas à desigualdade sexual do mundo do trabalho e nas relações familiares participaram do processo de elaboração da constituição federal de 1988. (GIULANI, 2007).

O processo de redemocratização do país deu suporte ao movimento na elaboração de propostas que prevenissem e coibissem a violência doméstica e possibilitassem a proteção das vítimas. E com isso alguns avanços foram conquistados, a saber: Delegacia Especiais de Atendimento a Mulher, casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de risco de vida, centros de referência e orientação à mulher bem como de orientação jurídica, Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Conselhos Estaduais e Municipais, enfim uma institucionalidade necessário no atendimento às mulheres brasileiras(COSTA et al, 2012, p.3).

A década de 1990 inaugura o período de desconstrução das conquistas e direitos principalmente das mulheres e um ataque a Constituição 1988 com a implantação do neoliberalismo, caracterizada pelo fato do Estado transferir suas responsabilidades com o social para a esfera privada e para sociedade civil, eximindo-se de compromissos sociais(mas não fiscais).E principalmente sendo observado este fato no setor do trabalho em que as mulheres retrocedem ou estagnam em suas conquistas ao invés de evoluir.

Atualmente, apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres nos âmbitos pessoal, profissional, econômico, político e social observa-se que a

exploração do trabalho das mulheres está na base da organização do sistema econômico capitalista neoliberal.

As mulheres recebem sistematicamente menos que seus colegas homens pelo mesmo trabalho; O trabalho é tipicamente precário: horas flexíveis, horas extras não pagas, trabalho em tempo parcial ou contratos de curto prazo; proibição de sindicalização, desrespeito a direitos adquiridos, falta de seguridade social e de medidas de saúde e de proteção trabalhista, etc.; Pelo menos 12,3 milhões de pessoas em todo o mundo estão presas em trabalhos forçados, o que inclui as seguintes formas: endividamento, tráfico de pessoas. As vítimas são os setores mais vulneráveis – mulheres e crianças forçadas à prostituição (SÃO PAULO, 2011).

Sem contar que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos e idosos ainda recaem predominantemente sobre as mulheres (NASCIMENTO, 2012). Constituindo assim a dupla jornada de trabalho das mulheres além do “desemprego mostra-se fortemente feminizado” (LAVINAS; NICOLL, 2006, apud AZEREDO, 2012, p.582) e do trabalho informal e autônomo.

Ao analisar o panorama atual da sociedade percebemos o fenômeno chamado feminização da pobreza devido à formação de famílias monoparentais associada mais as mulheres, em que estas assumem sozinhas as responsabilidades sendo este fenômeno independente de gênero.

Com base no exposto, a Marcha Mundial das Mulheres<sup>2</sup> realizada em 8 a 18 de março de 2010 no trajeto entre Campinas e São Paulo, com 3 mil mulheres organizadas reivindicam transformações efetivas para a vida das mulheres enfatizando a temática da autonomia econômica das mulheres que:

Se refere à capacidade das mulheres de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia

---

<sup>2</sup>A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. Entre os dias 8 e 18 de março, as mulheres brasileiras mostraram, mais uma vez, sua força e organização. Nos onze dias de marcha, entre as cidades de Campinas e São Paulo, as caminhantes demonstraram que a luta feminista está mais viva do que nunca. Sob o lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a mobilização reuniu mulheres vindas de todos os estados brasileiros, de diferentes raças, idades e origens (São Paulo, 2012).

financeira, já que também inclui o acesso à previdência e serviços públicos(SÃO PAULO, 2011, p.1).

O governo brasileiro aderiu a essa idéia em suas propostas de políticas públicas, ou melhor, como estratégia política tendo como exemplo as voltadas para geração de emprego e renda que veio com a implantação do projeto neoliberal. Que de acordo com Barbosa (2007, apud CARLOTO E GOMES, 2011), a necessidade de redução na participação estatal nos gastos públicos e a centralidade da sociedade civil, combinaram-se ao longo do processo de discussão das políticas públicas voltadas para o trabalho emprego e geração de renda.

Essa estratégia se estende até os dias de hoje reforçando seu caráter focalista e compensatório que tem como público alvo as mulheres pobres. Segundo Carloto e Gomes (2012) ativa estratégias de intervenção que acaba por reproduzir as desigualdades de poder entre os sexos, reforçando ou mantendo padrões que as criam. Remetendo à tradicional divisão sexual do trabalho com atividade de baixo custo mantendo as mulheres presas em seus domicílios compatibilizando o trabalho gerador com o universo domestico.

Para efetivar de vez essa proposta de autonomia econômica das mulheres nas agendas públicas foram realizadas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (anos de 2004 e 2007) e instituído o Decreto n. 7.765 de junho de 2012 o qual criou a Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres.E em seu Art.6trata de suas competências, quais sejam:

I - desenvolver, apoiar e disseminar estudos e pesquisas sobre temáticas de gênero, organizando indicadores, estatísticas e outras informações necessárias para subsidiar as definições de políticas para as mulheres e sua participação social;II - formular políticas e desenvolver, implementar e apoiar programas e projetos para as mulheres nas áreas de trabalho, empreendedorismo e autonomia econômica das mulheres, diretamente ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais; e III - avaliar e monitorar os planos de políticas para as mulheres nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios (BRASIL, 2012, p.7).

Mais uma vez podemos analisar como o governo brasileiro lida com suas problemáticas, principalmente direcionado à mulher sempre de modo específico não incorporando ou incluindo todos os setores da população e da vida social como todas as áreas saúde, educação, segurança, trabalho e os profissionais e cidadãos sociais. Portanto não englobando em uma única política, programa e outros, todas problemáticas direcionadas a este público ou a outros que sofrem das mesmas. Assim não tratando como um fato isolado do todo.

Quando falamos de autonomia econômica logo pensamos não só como, mas onde essa é estimulada e realizada. Por isso de acordo com inciso II citado anteriormente sobre programas que motivem e incorpore essa temática, um dos principais mecanismos que possibilita o protagonismo dessas personagens transformando-as em co-autoras de suas próprias histórias e facilitando seu acesso a informações, capacitações para este fim é a inserção nos grupos do CRAS.

### **3 A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS USUÁRIAS DO GRUPO DE GESTANTES DO CRAS DE LAGOA SECA/PB**

Nesta seção serão expostos os resultados da pesquisa aplicada por formulários às usuárias do grupo de gestantes do CRAS de Lagoa Seca-PB localizado na Rua Antonio Borges da Costa, nº 210, no Centro do município de Lagoa Seca/PB. Foi fundado em 2008 na gestão do Pref. Edvardo Herculano de Lima.

A equipe do CRAS é composta por uma pedagoga, uma psicóloga e três assistentes sociais, sendo um deles a coordenadora, além de dois auxiliares de serviços gerais e uma oficineira, responsável pelas oficinas. O CRAS pela primeira vez recebeu seis estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, essa inserção de estagiários na equipe também está prevista na NOB-RH/SUAS.

Os instrumentos e técnicas utilizados pelo Serviço Social são: busca ativa nos cadastros das famílias, encaminhamentos, trabalhos educativos,

visitas domiciliares, entrevistas, palestras, acompanhamentos de grupos, sendo estes os mais utilizados.

São desenvolvidas no CRAS atividades com grupos de gestantes, idosos e mulheres, em que ocorrem palestras e oficinas.

O grupo de gestantes do CRAS de Lagoa Seca é coordenado por uma assistente social. As reuniões do grupo acontecem todas as terças-feiras no turno da tarde. Até o momento o grupo está composto por 31 usuárias, o estado civil da maioria delas é casado, a média de idade das usuárias é de 16 a 45 anos. A maior parte dessas usuárias reside na zona urbana e possuem baixa escolaridade.

O grupo de idosos do CRAS, Alegria de Viver, é coordenado por assistente social. As reuniões ocorrem a cada quinze dias as quartas-feiras no turno da tarde. O grupo é composto por 19 usuários, sendo 14 mulheres e cinco homens, com idade entre 60 e 78 anos, a maioria possui baixa escolaridade e reside na zona urbana.

O grupo de mulheres do CRAS – Semear é coordenado por uma pedagoga, composto por 40 mulheres de 18 a 70 anos em que sua maioria reside na zona urbana.

Está ligado também ao CRAS o Programa Nacional de Inclusão de jovens (PROJOVEM)<sup>3</sup> e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)<sup>4</sup> e um grupo de capoeira para crianças.

A pesquisa foi aplicada no CRAS sendo o universo da amostra, as usuárias do grupo de gestantes, com faixa etária de 20 a 40 anos. Foram aplicados 8 formulários. A pesquisa foi realizada respeitando os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, garantindo aos participantes informações, anonimato e a liberdade de expressão sem interferência do

---

<sup>3</sup>O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) tem por foco fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Isso é feito por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social (BRASIL, 2012,p.1).

<sup>4</sup> “O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos”(BRASIL, 2012, p.1).

pesquisador quanto às opiniões, conforme preconiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Desta forma, sendo coletadas as informações dos sujeitos após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na pesquisa utilizamos análise de conteúdo. Após a coleta de dados foi feita a leitura e categorização dos dados. Para tanto, foram definidas cinco eixos temáticos que facilitaram a análise dos dados, quais sejam: 1) Perfil socioeconômico dos sujeitos; 2) Participação e Capacitação; 3) Autonomia econômica; 4) Dificuldades; e, 5) Compreensão das usuárias acerca do processo de capacitação.

### 3.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS USUÁRIAS

Em relação aos dados coletados sobre o perfil socioeconômico das usuárias gestantes foi analisada a faixa etária, o estado civil, a quantidade de filhos, o grau de escolaridade, situação no mercado de trabalho e renda familiar.

Observa-se que de acordo com a faixa etária, a maioria se apresenta com a idade acima de 35 anos (38%), respectivamente. Com a idade de 25 a 30 anos (37%) e de 18 a 25 anos (25%). Percebe-se que o interesse pelas atividades do CRAS, em particular, do Grupo de gestante, parte das usuárias de faixa etária acima de 35 anos.

Com relação ao estado civil sua grande maioria se encontra casada ou em união estável (87%) sendo solteira (13%). Observou-se um aumento significativo das uniões estáveis.

O Censo Demográfico 2010 constatou mudanças ocorridas desde 2000 quanto ao padrão da nupcialidade. Houve um aumento expressivo das uniões consensuais (de 28,6% para 36,4% do total) e uma consequente redução dos casamentos, com destaque para a modalidade civil e religioso (de 49,4% em 2000 para 42,9% em 2010). (IBGE, 2012, p. 01)

Em relação à quantidade de filhos, a maioria já tem dois filhos (50%), seguida das usuárias que estão grávidas do primeiro filho (25%), depois as que já têm um filho (13%) e as que já têm três filhos (12%).

Podemos perceber que a realidade dessas mães acompanha a situação do Brasil sobre a queda da taxa de natalidade em que de acordo com dados do

Censo 2010 o número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil, no Brasil, foi de 1,86 filhos em 2010, bem inferior ao do Censo 2000, 2,38 filhos. Onde a região nordeste apresenta um declínio de 2,69 em 2000 para 2,01 em 2010 (IBGE, 2012).

No que se refere ao grau de escolaridade podemos observar que a maioria das usuárias apresenta baixo nível escolar com ensino fundamental incompleto (75%) seguida de médio incompleto (13%) e médio completo (12%).

No que se refere à situação no mercado de trabalho, o grau de escolaridade se torna reflexo pela falta de qualificação, conhecimento e instrução. Encontram-se desempregadas (75%), sendo agricultora (13%) essas que apresentam ensino fundamental incompleto e recepcionista (12%) a única usuária que possui ensino médio completo. Estes dados reforçam a idéia de queo modelo vigente no mundo exige cada vez mais mão de obra qualificada excluindo os desprovidos de qualificação.

Conforme Castro (1999, apud CARLOTO; GOMES, 2012) dentro da perspectiva da divisão sexual dos papéis, as mulheres, em virtude da sua dedicação aos cuidados e a reprodução, ficaram limitadas quanto à qualidade da sua participação no mercado.

Com base na renda familiar das mesmas, os efeitos da falta de escolarização e situação no mercado de trabalho se reafirmam em que a maioria obtém menos de um salário mínimo (50%) seguida de um salário mínimo (37%) e até dois salários mínimos (13%). Portanto o público alvo do CRAS se enquadra e atende a expectativa do programa assistindo em sua grande maioria pessoas em vulnerabilidade social.

### 3.2 PARTICIPAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Para que se tenha uma visão esclarecedora do tema central é indispensável analisar a participação das usuárias nos cursos de capacitação profissional ofertados pelo CRAS. Em que sendo questionadas sobre os cursos de capacitação profissional que já participaram, todas entrevistadas (67%) participaram pelo menos do curso de confecção de enxoval, 17% participaram do curso de culinária, 8% do curso de confecção de lembrancinhas e 8% do de detergente.

Percebemos que o CRAS proporciona as usuárias oportunidade de se capacitarem e instruírem afim de posteriormente se inserir no mercado de trabalho. Essa inserção se torna limitada as atividades de caráter feminino reforçando a divisão sexual do trabalho.

### 3.3AUTONOMIA ECONÔMICA

Neste item foram analisados os efeitos e vantagens da participação dos cursos de capacitação profissional na vida cotidiana dos sujeitos da mesma e se o CRAS contribui de alguma forma para a autonomia econômica das gestantes de Lagoa Seca/PB. E o devido interesse em realizar outra capacitação.

Quando indagadas se desenvolvem alguma atividade profissional relacionada aos cursos que participaram e onde executam tal atividade, 87% responderam que não desenvolvem e 13% respondeu que sim e o local de trabalho é no domicílio.

Quando se perguntou pelo interesse em fazer outra capacitação e qual seria, 50% responderam que não e 50% que sim deste sendo 12% interesse pelo curso de lingerie e tapeçaria, 12% corte e costura, 13% recepcionista e doces/salgados, 13% crochê.

O resultado obtido mostra que não ocorre mudança da realidade dessas, devido às usuárias a falta de interessepor outra capacitação estando acomodadas e conformadas, correspondendoàsituação em que vivem. Assim ao responderem percebemos o desinteresse das mesmas sem nenhuma justificativa deixando sobrep a dificuldade ao invés do interesse. Mas pode-se constatar nas observações no CRAS que algumas passam por conflitos familiares tornando-se empecilho para o aproveitamento e interesse nos cursos. Contudo a metade das usuárias mesmo que apresente este obstáculo ou outros tem o interesse por outras capacitações.

### 3.4 DIFICULDADES

As usuárias foram questionadas sobre as dificuldades de realização das atividades no curso e na inserção desta como prática profissional, assim

constatou-se que 50% apresentaram dificuldades de aprendizado nos cursos que participaram e 50% responderam que não apresentaram. Analisa-se que a metade apresenta dificuldade no decorrer do aprendizado sendo uma limitação para essas usuárias desenvolverem essa atividade como profissão, em que os responsáveis por tais cursos deveriam ter auxiliado essas melhor.

Em relação à dificuldade de inserir estes cursos como atividades profissionais a disparidade foi significativa onde 12% responderam que não tem dificuldade, seguida 25% que responderam que há dificuldade devido ao pouco tempo disponível por cuidar dos filhos, casa etc., e 63% responderam que existe dificuldade por questões financeiras (despesa de comprar material alegando não terem condições).

*Dificuldade por não ter tempo por causa dos filhos (SUJEITO 5, faixa etária de 25 a 30 anos).*

*Sim, é eu pra tudo aí é mais serviço (SUJEITO 7, faixa etária 18 a 25 anos).*

Uma das dificuldades explicitadas pelas usuárias seria a falta de tempo. Podemos então conciliar com o argumento de Nascimento (2012) sem contar que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos e idosos ainda recaem predominantemente sobre as mulheres.

### 3.5 COMPREENSÃO DAS USUÁRIAS ACERCA DO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO

Neste item foi abordado o posicionamento das usuárias acerca dos cursos de capacitação, opinião sobre a importância destes cursos de capacitação profissional e sugestões de atividades voltadas para este fim.

Ao serem indagadas sobre o que acharam dos cursos que participaram as respostas foram positivas em que 62% responderam bom, 13% muito interessante, 13% ótimo que aprendeu muito e 12% que gostou sendo muito proveitoso. Averigua-se que os cursos atenderam às expectativas das usuárias.

Com relação à importância deste tipo de curso, todas afirmaram ser importante esse tipo de curso. 38% responderam ser uma forma de aumentar a

renda familiar, 37% afirmaram ser importante devido o aprendizado obtido e 25% por ser um meio de distração dos afazeres domésticos.

*Sim, porque aprende uma profissão e melhora a renda familiar (SUJEITO 1, faixa etária acima de 35 anos).*

Quando questionadas sobre sugestões de atividades no CRAS voltadas para este fim, 75% responderam que não tem sugestões e 25% apresentaram como sugestões artesanato e crochê.

Notamos a pouca representatividade das mesmas em sugerir atividades que enriqueçam e melhorem os serviços ofertados pelo CRAS e quando sugeridas, reafirmam a imagem da mulher associado- a ao mundo domesticado que conforme Carloto e Gomes (2012) remetendo à tradicional divisão sexual do trabalho com atividade de baixo custo, mantendo as mulheres presas em seus domicílios e compatibilizando o trabalho gerador com o universo doméstico.

Reforçando a figura inferior da mulher, como se as mesmas não tivessem perspectivas diferentes e não tivessem competência para assumir qualquer cargo e posto masculino.

O CRAS, sem dúvida, é um espaço importante na medida em que faz a diferença quanto a sua atuação de desenvolver atividades que atendam as perspectivas dos usuárieose pela transmissão de conhecimentos intrínsecos aos direitos sociais, profissionais e familiares.

No que diz respeito à formação profissional, contribui para o crescimento e a qualificação das usuárias. Contudo, percebemos que o interesse e a vontade de mudança têm que partir das mesmas se incorporando nos papéis de protagonistas e não coadjuvantes, deixando as dificuldades de lado. Enquanto o CRAS oferecer cursos que não reafirmem o estereótipo masculino e feminino que não aprisionem as mesmas no universo doméstico e estimulá-las com doação dos materiais para começar exercer sua profissão. Com isso obtendo êxito total da proposta dos cursos na vida das usuárias em que elas se livrem das amarras de dependência e preconceito do passado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia econômica das mulheres mostra-se como pilar e proposta na agenda das políticas públicas brasileiras tentando compensá-las ou encorajá-las a serem autoras de suas próprias histórias e preconizar a igualdade entre os sexos. Podemos perceber este tipo de política inserida nas atividades do CRAS contribuindo assim para a qualificação de suas usuárias e, conseqüentemente sua entrada no mercado de trabalho.

Contudo constatamos que o resultado esperado por este serviço não está sendo alcançado porque as usuárias não estão conseguindo transformar os conhecimentos dos cursos em profissão sendo um dos obstáculos a falta de dinheiro para comprar material em que o CRAS poderia facilitar esse acesso doando-lhes.

O CRAS deveria articular esse programa de capacitações com empresas, procurando convênios e parcerias para inserir esses aprendizes ao seu quadro de funcionários.

Vale ressaltar a relevância de o incentivo as usuárias concluírem o ensino médio assim o encontro do grupo acontecer em mais dias da semana contratando professores para este fim facilitando assim a incorporação de cursos de nível mais elevado como exemplo assistente administrativo, recepcionista, vendedora etc. Estes que desmistifiquem imagem da mulher associada ao universo privado.

Outro ponto para atingir o êxito nas propostas de capacitações profissionais do CRAS é estimular as usuárias a participarem de cursos codificados como masculinos frisando a importância desta inclusão para que alcancem sua autonomia pessoal, além da ruptura com estereótipos e preconceitos.

Portanto, todas essas implementações nas atividades e serviços ligados a profissionalização e respectivamente a autonomia desses sujeitos ampliaram as possibilidades de sucesso deste processo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A Arte da Sedução: Sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORE, M. D. (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

AZEREDO, V. G. **Entre paredes e redes: o lugar das mulheres nas famílias pobres.** 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01016628201000030009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01016628201000030009)> Acesso em: 04 out.2012.

BARROS, A. J. P, LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: Propostas Metodológicas.** Petrópolis: Vozes, 1990.

BASSANEZI, Carla. Mulheres e os Anos Dourados. In: PRIORE, M. D. (org). **História das Mulheres no Brasil.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL, MDS. PETI. 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>> Acesso em: 19 out.2012.

BRASIL, MDS. Projovem Adolescente. 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>> Acesso em: 19 out.2012.

BRASIL, Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres. Decreto Nº 7.765, DE 25 DE JUNHO DE 2012. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-planejamento-e-gestao-interna>> Acesso em: 02 out.2012.

BRASIL, Presidência da República. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

CANCIAN, R. **Estado do bem-estar social: História e crise do Welfare State.** 2012. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>> Acesso em: 02 out.2012.

CARLOTO, C. M.; GOMES, A. N. **Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho.** 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01016628201100010008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01016628201100010008)> Acesso em: 05 out.2012.

COSTA, E. M. et al. **Questão da Mulher: lutas e conquistas no seu espaço público e privado.** 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/emquestao/questaodamulher.asp>> Acesso em: 02 out. 2012.

FOLLADOR, K.J. **A Mulher na visão do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental.** 2009. Disponível em: <<http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewPDFInterstitial/3/102>>. Acesso em: 30 set. 2012.

FONSECA, C. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: PRIORE, M. D. (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: País tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impressao.php?id\\_noticia=2018](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2018)> Acesso em 19 out.2012.

NASCIMENTO, S. M. **Artigo**: 80 anos da conquista do voto feminino. 2012. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/donna/noticia/2012/02/artigo-80-anos-da-conquista-do-voto-feminino3674929.html>> Acesso em: 02 out. 2012.

PEREIRA, R.R; Daniel, T. T. O Voto Feminino no Brasil. 2009. Disponível em: <[http://www.prr3.mpf.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=180&Itemid=2](http://www.prr3.mpf.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=180&Itemid=2)> Acesso em: 05 out. 2012.

SÃO PAULO, Marcha Mundial das Mulheres. Autonomia Econômica das Mulheres. 2010. Disponível em: <[http://www.sof.org.br/publica/MMM\\_Internacional\\_autonomia\\_economica.pdf](http://www.sof.org.br/publica/MMM_Internacional_autonomia_economica.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2011.

SÃO PAULO, Marcha Mundial das Mulheres. O que é a Marcha Mundial das Mulheres. 2000. Disponível em: <<http://sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha>> Acesso em: 25 nov.2012.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, M.D. (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

TORRÃO, A. **Uma Questão de Gênero**: onde o masculino e o feminino se cruzam. 2005. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2012.

## APÊNDICE

### FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

A presente pesquisa objetiva levantar dados para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Na certeza de contar com a colaboração de todos, desde já agradeço.

**Número do Formulário:** \_\_\_\_\_

### I) Identificação das usuárias

1. Idade

- entre 18 a 25 anos     entre 25 a 30 anos  
 entre 30 a 35 anos     acima de 35 anos

2. Grau de escolaridade:

- analfabeta     Ensino Fundamental Incompleto     Ensino Fundamental  
 Ensino Médio Incompleto     Ensino Médio     Graduação

3. Estado civil:

- casada ou união estável     solteira     viúva     divorciada ou separada

4. Tem filhos? \_\_\_\_\_ Quantos: \_\_\_\_\_

5. Mora com?

- companheiro e filhos     seus pais e companheiro     seus pais  
 seus pais e filhos     sogros, companheiro e filhos     outros  
 sozinha

6. A casa em que mora é?

- própria     alugada     cedida     outros

7. Há quanto tempo participa do grupo?  
\_\_\_\_\_

8. Participa de mais algum grupo do CRAS?  sim     não

Qual? \_\_\_\_\_

9. Veio ao grupo de gestantes por?

- vontade própria     recomendação de usuários  
 recomendação dos profissionais do CRAS

10. O que te levou a participar deste grupo? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11. Renda familiar:

- menos de um salário mínimo     um salário mínimo  
 até dois salários mínimos     acima de dois salários mínimos

13. Raça:

- Branca     Negra     parda     mestiço     outras

14. Situação no mercado de trabalho:

- empregada     desempregada

15. Se empregada? Trabalha em que? \_\_\_\_\_

## **II) Percepção das usuárias acerca da autonomia econômica**

16. Quais os cursos de capacitação profissional oferecidos pelo CRAS já participou? Quando?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Qual foi o tempo de duração do(s) curso(s)?

\_\_\_\_\_

18. Desenvolve alguma atividade relacionada ao curso que participou? Qual? Onde?

\_\_\_\_\_

19. O que você achou dos cursos?

\_\_\_\_\_

20. Gostaria de fazer algum outro curso de capacitação? Qual: \_\_\_\_\_

21. Você sentiu alguma dificuldade em realizar essas atividades? Ou dificuldade em executá-la em seu dia-a-dia? Qual?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

22. Você acha importante esse tipo de atividade? Explique.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

23. Em relação às atividades desse tipo você tem sugestões de atividades que podem ser implementadas no CRAS?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

24. Se você acha que tem alguma coisa importante a acrescentar escreva aqui.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Pelo presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa **Uma análise acerca da contribuição do Centro de Referência da Assistência Social de Lagoa Seca-PB para a autonomia econômica de suas usuárias do Grupo de Gestantes**, sob a responsabilidade da professora Adriana Freire Pereira Férriz. O meu consentimento em participar da pesquisa se deu após ter sido informado (a) pela pesquisadora de que:

1. A pesquisa se justifica em observar a contribuição das atividades do CRAS-Lagoa Seca-PB para a autonomia econômica de suas usuárias gestantes por este grupo se apresentar mais vulnerável em relação esta temática.
2. Os dados serão coletados através de um formulário elaborado para este fim.
3. Minha participação é voluntária, tendo eu a liberdade de desistir a qualquer momento sem risco de qualquer penalização.
4. Será garantido o meu anonimato e guardado sigilo de dados confidenciais. Em nenhum momento ou documento meu nome será citado e as informações fornecidas por mim apenas serão acessadas pela aluna pesquisadora responsável e sua orientadora.
5. Caso sinta necessidade de contatar a pesquisadora durante e/ou após a coleta de dados, poderei fazê-lo pelo telefone (083) 99701543.
6. Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com a pesquisadora.

Campina Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora